



**Relatório da Administração**

pelos Ministérios da Educação (MEC). Entre as universidades do Estado de São Paulo, a PUC-SP está em 6º lugar, e em primeiro entre as particulares. Considerando todas as universidades (públicas e privadas) do país, a PUC-SP está na 22ª posição. No indicativo da Consultoria Britânica *Quacquarelli Symonds* (QS) que avalia o nível de empregabilidade das instituições de ensino superior do mundo, a PUC-SP divide com a PUC-Rio o posto de melhor universidade não pública brasileira.

Vocacionada a expandir a institucionalização de suas atividades internacionais, a PUC-SP desenvolve programas de cooperação em diversas áreas de conhecimento, em diferentes níveis acadêmicos e por meio de múltiplas modalidades de intercâmbio. Conta com parceiros de dupla diplomação de graduação em relações internacionais, de mestrado acadêmico em serviço social, e de doutorado em Psicologia Social, Filosofia, Direito, e em Comunicação e Semiótica. Possui convênios firmados com IES da Alemanha, Bolívia, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Lituânia, Polónia, Portugal e Reino Unido. Propicia, aos que a procuram, a qualidade e a capacidade de atender às mais diversas vocações direcionadas à formação e qualificação profissional, humana e social, isso promovido pelas dezenas de cursos, núcleos e atividades que oferece, por meio das nove Faculdades que a integram: Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuárias; Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde; Faculdade de Educação; Faculdade de Direito; Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia; Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde; Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes; Faculdade de Ciências Sociais e Faculdade de Teologia.

**2) Hospital Santa Lucinda**  
O hospital caracteriza-se como um dos principais centros de atendimento à população de Sorocaba e região. Na região onde está instalado, aproximadamente 50 municípios utilizam o HSL, totalizando 2,5 milhões de habitantes, e desses atendimentos mais de 60% (sessenta por cento) é direcionada à rede Sistema Único de Saúde - SUS. Entre os serviços de maior destaque, o HSL possui serviço especializado nas áreas: materno-infantil, pediatria, ortopedia, cirurgia do aparelho digestivo, cirurgia cardíaca e hemodinâmica, seguido pelas áreas de clínica médica (UTI Adulto e Neonatal), urologia, ginecologia, vascular, plástica e otorrinolaringologia, esta última conta com um ambulatório completo que atende às demandas pré-cirúrgicas, além de realizar diagnóstico fonoaudiológico.

Como hospital de ensino o processo de certificação teve seu início no ano 2004, sob a coordenação do Ministério da Saúde - MS e do Ministério da Educação - MEC. Esse processo tem o objetivo de certificar hospitais que desenvolvem, além das tradicionais atividades de atenção à saúde, formação de recursos humanos na área da saúde, além de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para o SUS.

O programa de certificação é regulado pela Portaria Interministerial MEC/MS nº 2.400 de 2 de outubro de 2007. Essa Portaria estabelece os requisitos mínimos que um hospital deve preencher para ser considerado hospital de ensino, a partir de quatro dimensões:

- Atenção à saúde/assistência;
- Ensino;
- Pesquisa, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia;
- Gestão.

	12/2017	12/2016
Número de consultas ambulatoriais	55.770	57.564
Número de internações	10.809	11.159
Número de cirurgias	6.211	6.691
Número de partos	3.237	3.207
Número de exames laboratoriais	86.916	91.393
Número de exames complementares e de imagem	12.148	18.465

Desses atendimentos, mais de 61% foram realizados através do Sistema Único de Saúde - SUS, privilegiando a população carente da região.

O Hospital possui 164 leitos (incluindo as UTIs), sendo que neste exercício obteve 64,59% de taxa de ocupação gerando, sendo que a taxa de ocupação SUS foi de 84,69%.

O HSL contratou seu pessoal de produção SUS com o gestor municipal em novembro de 2013. No plano operativo assistencial pactuado as ofertas para a prestação de serviços ao município do período. Devido à crise financeira do município, por opção do gestor, o convênio não foi renovado em 27/11/2016, voltando a se reestabelecer já com a nova gestão em janeiro de 2017. Durante os últimos 12 meses realizamos a acompanhamento do cumprimento das demandas, metas e indicadores pactuados. Reconhecido como Hospital Estratégico pela Secretaria da Saúde do Governo do Estado de São Paulo, o hospital manteve o convênio com o Programa SUS/Intevivos.

Na Saúde Suplementar estreitou com as operadoras as discussões sobre revisão contratual (incluindo cláusula de reajuste, entre outros), atendendo às exigências da ANS. Tem como objetivo para 2016 iniciar o processo de obtenção da Certificação de Qualidade, tendo em vista os Critérios de qualidade considerados para fins de aplicação do inciso II, do art. 4º da Instrução Normativa - IN nº 61, de 4 de dezembro de 2015, da Diretoria de Desenvolvimento Setorial - DIDES, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

**3) Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação**  
A DERD/C, Unidade Suplementar da PUC-SP, vinculada academicamente à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde - FACHS da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo atua em dois eixos: Saúde e Educação.

O atendimento clínico e os programas educacionais são voltados para uma população de vulnerabilidade socioeconômica e abrangem todas as faixas etárias. Seus 133 profissionais (101 profissionais da educação e saúde e 32 administrativos) e 26 estagiários oferecem formação educacional e atendimento clínico de excelência, a uma clientela majoritariamente de baixa renda, além de produzir pesquisa com padrão internacional e de prestar assessoria às organizações afins.

A DERD/C atendeu no ano de 2017:

- 95 crianças e jovens em educação regular da Educação Infantil e Ensino Regular;
- 23 adolescentes/jovens e adultos rurais nas Oficinas de Leitura e Escrita;
- 3.052 atendimentos em workshops de Treinamento de Língua Brasileira de Sinais (Libras) à pessoa jurídica;
- 719 alunos em Cursos Livres de Língua Brasileira de Sinais pessoa física;
- 73 alunos nos Programas de Empregabilidade para Surdos, Curso Aprendiz (12), e Colocação Assistida + Certificação CISCO "It Essentials" (61).
- O Centro de Audição, Voz e Linguagem, Centro de Audição CEAC e Serviço Social foram responsáveis pelos seguintes atendimentos:
- 549 atendimentos inteiramente gratuitos ao "Grupo de Orientação aos usuários e familiares referente às implicações sociais no uso de aparelhos de amplificação sonora (AAS)";
- 25.790 atendimentos clínicos em saúde auditiva,
- 3.052 atendimentos nas áreas de voz e linguagem com processo de diagnóstico e terapia;
- 1.369 atendimentos realizados pelo Serviço Social em Grupos de Intervenções aos usuários com perda auditiva, familiares e cuidadores voltado aos indivíduos em situação de vulnerabilidade;
- 25.790 procedimentos (diagnóstico e tratamento) por ano;
- 2.544 aparelhos auditivos entregues (convênio SUS) por ano;
- 13.128 triagens Auditiva Neonatal (Convênio Secretaria da Saúde - TANU).

	31/12/17	31/12/16	31/12/15
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>507.770</b>	<b>482.985</b>	<b>457.239</b>
Mensalidades, taxas e inscrições	37.122	39.272	39.820
Cursos extracurriculares	50.952	52.107	55.395
Assistência médico-hospitalar	2.319	2.247	2.235
Subvenções e doações	21.262	25.201	21.453
Outras receitas	<b>619.425</b>	<b>601.812</b>	<b>576.142</b>

	31/12/17	31/12/16	31/12/15
<b>Deduções</b>			
Bolsas de estudo filantrópicas	(79.962)	(78.440)	(70.355)
Bolsas de estudo (sociais)	(61.593)	(58.242)	(52.605)
Abatimentos concedidos sobre mensalidades	(1.953)	(2.634)	(185)
	<b>(143.508)</b>	<b>(139.316)</b>	<b>(123.145)</b>

	31/12/17	31/12/16	31/12/15
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>464.262</b>	<b>442.987</b>	<b>434.094</b>
Custos diretos e indiretos com atividades educacionais	(209.300)	(204.387)	(192.095)
Custos diretos com atividades hospitalares	(31.416)	(32.816)	(36.633)
Custos com mercadorias vendidas	(993)	-	39
<b>Custo do Serviço Prestado</b>	<b>(241.709)</b>	<b>(237.203)</b>	<b>(228.689)</b>
<b>Supervit bruto</b>	<b>222.553</b>	<b>225.993</b>	<b>224.308</b>

	31/12/17	31/12/16	31/12/15
<b>Despesas operacionais</b>			
Salários, férias e encargos sociais	(119.108)	(118.347)	(108.118)
Despesas com serviços de terceiros	(31.461)	(31.801)	(29.357)
Administrativas e gerais	(24.648)	(25.935)	(24.985)
Pesquisas e desenvolvimento científico	(1.861)	(1.828)	(1.461)
<b>Total despesas operacionais</b>	<b>(177.078)</b>	<b>(177.911)</b>	<b>(163.921)</b>

	31/12/17	31/12/16	31/12/15
<b>Depreciação e Resultado Financeiro</b>	<b>57.030</b>	<b>47.382</b>	<b>60.387</b>
CEPAC - Certificado de Potencial Adicional Construção	9.204	-	(35.060)
Aviso prévio e indenizações	(4.758)	(4.263)	(10.005)
Depreciações e amortizações	(8.558)	(9.141)	(10.323)
Resultado financeiro líquido	(26.356)	(20.006)	(21.986)
Despesas com devedores duvidosos e processos judiciais	(12.448)	(9.579)	14.861
Outras (receitas/despesas) operacionais	9.014	(1.133)	(749)
Diferenças salariais	2	(3)	(214)
<b>Resultado do exercício</b>	<b>23.230</b>	<b>3.257</b>	<b>67.031</b>

Conforme demonstrado no quadro acima, e com base nas informações das Demonstrações Financeiras, em 2017 a Fundação manteve a geração de supervit líquido, e continua gerando resultados operacionais positivos, possibilitando a continuidade da amortização de dívidas contradas em períodos anteriores. A instituição entende que a manutenção desse patamar de resultado operacional aponta para constante planejamento e eficaz administração para enfrentar o futuro, capazes de manter e consolidar o bom desempenho na educação superior que se apresenta cada vez mais competitiva.

A receita líquida operacional de 2017 foi de R\$ 475,9 milhões e apresenta uma elevação de 2,9% quando comparada com o período imediatamente anterior. No período a instituição melhorou a utilização de recursos destinados a despesas administrativas e gerais atingindo uma redução de 5,0% em relação ao ano de 2016. Alcançou um resultado operacional de R\$ 57,1 milhões (R\$4,7 milhões em 2016) o que demonstra a manutenção do crescimento e na busca pela sustentabilidade econômica e financeira da Fundação. A melhoria na captação de receitas possui um reflexo direto com o aumento do resultado operacional da instituição.

Para mantermos os níveis de resultado operacional, em volume suficiente para manutenção das atividades, amortização da dívida, investimentos e, principalmente, a continuidade do processo de sustentabilidade é necessária a manutenção das medidas de controle financeiro e operacional já tomadas.

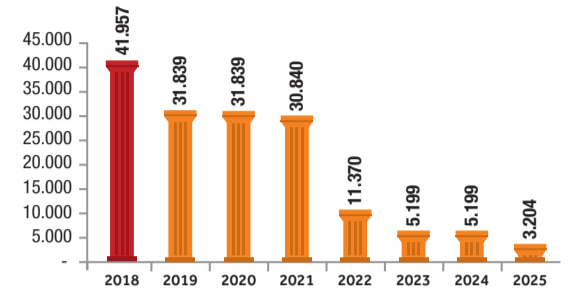
No âmbito operacional, a instituição continuará a implementação das medidas de adequação da estrutura operacional e de custos ao atual volume de matrículas, compatibilizando-as através das premissas contidas no orçamento para o ano de 2018.

A Fundação manterá em 2018 os procedimentos iniciados em anos anteriores que visem à obtenção de êxito em negociações complexas de passivos contingentes, especialmente aqueles registrados para causas trabalhistas.

No último triênio a instituição atingiu resultado líquido superavitário, fato este que evidencia que a Fundação manteve o foco em seu controle orçamentário, demonstrando a eficácia em seus controles econômicos e financeiros.

O gráfico a seguir apresenta os montantes vencedores da dívida bancária ao final do exercício de 2017:

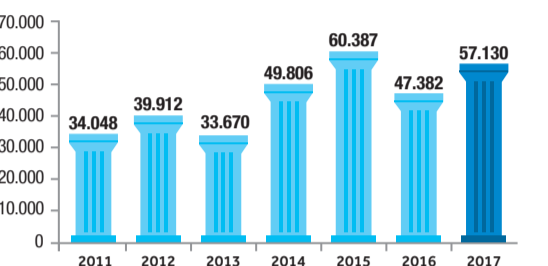
**Endividamento Bancário**



A manutenção do resultado operacional em níveis positivos permite à Instituição honrar compromissos assumidos e ainda arcar com o pagamento dos encargos financeiros dessa dívida.

A seguir demonstramos os resultados operacionais gerados pela Fundação nos últimos exercícios sociais:

**Resultado Operacional antes Indenizações ACLD, Depreciação, Resultado Financeiro**

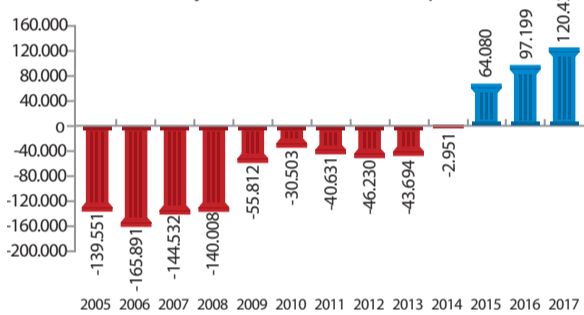


Estes resultados contribuem para que a Fundação consiga honrar seus compromissos juntos aos credores, bem como investir em melhorias de infraestrutura de seus campi.

A efetivação e o monitoramento do planejamento estratégico organizacional e a busca de medidas que possibilitem o melhor controle dos gastos (investimentos, custos e demais despesas) no médio e longo prazos promovem a continuidade dos resultados operacionais e líquidos positivos.

A evolução do patrimônio líquido indica que no ano de 2017 a Fundação manteve um acréscimo patrimonial decorrente novamente de resultado líquido positivo, bem como houve o reconhecimento de ajustes patrimoniais oriundos de propriedades para investimentos, e com isso manteve a consolidação da reversão da situação de passivo a descoberto. Destaca-se que essa reversão é oriunda de grandes esforços dispendidos pela Administração no tocante a melhorias em seus processos de gestão, no monitoramento e no controle que aperfeiçoem a utilização dos recursos (humanos, tecnológicos e materiais) sem perder a sua excelência e qualidade. Por fim, destaca-se também a administração de seu patrimônio imobiliário.

**Evolução do Patrimônio Líquido**



**Considerações Finais**  
Compatibilizar o trinômio composto pela sustentabilidade econômica, qualidade acadêmica e compromisso social, continua sendo o grande desafio que envolve a gestão da Fundação São Paulo e da sua Universidade.

Os professores da PUC-SP trabalham sob o regime de um contrato diferenciado das outras universidades privadas. Todo o professor da PUC-SP dispõe de horas para pesquisa e produção científica, além das aulas, gerando uma condição de trabalho e remuneração maiores que aquelas estabelecidas pelo sindicato da categoria. É este diferencial que faz da Universidade, referência nacional e internacional no mundo acadêmico.

A Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, conforme preconizou seu estatuto, não tem fins lucrativos, e aplica integralmente seu resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, e assume firmemente diretrizes de sustentabilidade mantendo sua identidade de excelência acadêmica e compromisso social. Com mais de 70 anos de existência, a instituição apresenta um passado digno e comprometido com a sociedade brasileira e um futuro promissor caracterizado pelo compromisso social e pela qualidade e excelência acadêmica, conquistadas com a busca contínua da convergência entre interesse, compromisso e virtude, que fazem de suas atividades um fator de desenvolvimento das pessoas, da sociedade e do país, semeando terreno fértil para seu próprio crescimento.

Construir e consolidar, com ética e compromisso, são os verbos que ditarão nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

**Secretaria Executiva da Fundação São Paulo**

**Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

**Demonstrações de Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de Reais - R\$)**

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	24	473.054	453.528
Custo do serviço prestado	25	(241.711)	(237.203)
Supervit bruto		231.343	216.325
Recargas (despesas) operacionais			
Com pessoal	26	(123.864)	(122.613)
Gerais e administrativas	27	(24.648)	(25.935)
Com serviços de terceiros	28	(31.461)	(31.801)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6, 2 e 7	4.291	7.439
Provisão para processos e contingências judiciais	18 e 21	(8.157)	(17.023)
Depreciações e amortizações	11 e 12	(8.558)	(9.132)
Pesquisas e desenvolvimento científico		(1.861)	(1.828)
Outras (despesas) receitas, líquidas		9.014	(1.138)
<b>Total</b>		<b>(193.826)</b>	<b>(202.031)</b>
Supervit operacional antes do resultado financeiro		37.517	14.294
Recargas financeiras	29	15.015	21.459
Despesas financeiras	29	(29.302)	(32.496)
Supervit do exercício		<b>23.230</b>	<b>3.257</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de Reais - R\$)**

	31/12/2017	31/12/2016
Supervit do exercício	23.230	3.257
Realização de avaliação patrimonial	(8.861)	(8.861)
Diferença entre valor contábil e valor justo de terrenos transferidos de imobilizado para propriedades para investimentos	-	- 30.976
Supervit abrangente total do exercício	<b>14.369</b>	<b>25.372</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Direto para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de Reais - R\$)**

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Valores recebidos dos clientes	461.357	429.397
Pagamentos de obrigações sociais e trabalhistas	(933.701)	(325.895)
Pagamentos a fornecedores de materiais e serviços	(93.251)	(89.512)
Pagamentos de obrigações, impostos, taxas e tributos	(6.233)	(6.853)
	26.172	7.137
Outros recebimentos/pagamentos:		
Recebimentos de aluguel	5.331	4.666
Recebimentos de subvenções	1.524	3.673
Recebimentos de doações	505	438
Recebimentos de inscrições e concursos	5.146	7.085
Outros recebimentos	2.487	5.811
Despesas bancárias pagas	(1.703)	(1.721)
Pagamentos de processos judiciais	(13.929)	(8.953)
Pagamentos de depósitos judiciais	(535)	(1.461)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(18.021)	(16.726)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>6.377</b>	<b>(51)</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compras de imobilizado	(35.617)	(25.840)
Compras de intangível	(120)	(510)
Resgates/aplicações financeiras de longo prazo	(214)	7.515
Recebimento na venda de ativo imobilizado	270	656
Juros recebidos	7.550	7.098
Caixa líquido das atividades de investimento	<b>(28.131)</b>	<b>(11.081)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(33.336)	(26.607)
Amortização de empréstimos e financiamentos	59.861	57.044
Caixa líquido das atividades de financiamento	<b>26.525</b>	<b>30.337</b>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<b>5.371</b>	<b>19.305</b>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	47.927	28.622
No final do exercício	<b>53.298</b>	<b>47.927</b>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<b>5.371</b>	<b>19.305</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Entrega da reforma 2ª andar;  
• Revitalização dos leitos, cumprindo com a visão do HSL 2015/2017;  
• Melhorias na estrutura hospitalar;  
• Finalização de emenda parlamentar contemplando a aquisição de 49 camas hospitalares (Núcleo Segurança do Paciente);  
• Manutenção do HSL no Programa Sustentáveis;  
• Participação do HSL no Projeto Puro Adequado;  
• Participação no Projeto Melhorando Segurança do Paciente (UTI);  
• Andamento do projeto elétrico com foco na obtenção do AVCB;  
• Intensificação da comunicação com cliente por mídia social;  
• Implantação das preceptorias ligadas às atividades SUS;  
• Visitas às principais operadoras. Facilitar o acesso de operadoras ainda não credenciadas;  
• Visitas aos parlamentares (visita prefeito/audiência pública/emendas);  
• Estudo sobre o programa de eficiência energética;  
• Maior participação dos profissionais SUS em outros segmentos, inclusive no Planejamento Estratégico;  
• Fortalecimento do grupo de Captação de Recursos.

**(1) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL**

A Fundação, em virtude de ser uma instituição de educação, sem fins lucrativos, e entidade beneficente

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de Reais - R\$)**

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	34.820	30.790
Aplicações financeiras vinculadas	5	18.478	17.137
Contas a receber de alunos e hospital	6	39.436	46.709
Bolsas restituíveis	7	6.382	15.185
Estoques		1.349	1.604
Adiantamentos a funcionários		1.850	1.325
Despesas antecipadas		911	862
Outros ativos	9	3.779	5.011
Total do ativo circulante		<b>106.993</b>	<b>118.623</b>
<b>Não circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	8	786	545
Contas a receber de alunos e hospital	6	4.678	4.366
Bolsas restituíveis	7	148	299
Outros ativos	9	507	509
Certificado de potencial adicional de construção	10	39.691	35.060
Outros investimentos			

de assistência social, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, em conformidade com o disposto nos artigos 150, VI, "c", e artigo 195, §7º, ambos da Constituição Federal, e de acordo com o artigo 170 do Regulamento de Imposição de Renda - IRRF, art. 158, §1º, inciso I, do Regulamento de Imposição sobre tais rendimentos.

(iii) Programa de Integração Social - PIS A Fundação, por constituir uma instituição de educação e de assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532/1997, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - INSS, com o comentário de não ser considerada para fins de contribuição para o PIS, calculada sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e com o Decreto Federal nº 4.524/2002.

(iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS A Fundação, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, beneficente e de assistência social, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades de prestação de serviços de educação para o PIS, calculada sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e o Decreto Federal nº 4.524/2002.

(v) Imposto Sobre Serviços - ISS e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU A Fundação possui relacionamento de imunidade de ISS e IPTU deferido por parte da Prefeitura do Município de São Paulo até o exercício de 2015, cujos despachos de deferimento foram publicados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. A partir do exercício de 2015, inclusive, a imunidade passou a ser atestada por meio da Declaração de Imunidade Tributária emitida por meio do Sistema de Declaração de Imunidade Tributária - DIT, da Prefeitura Municipal de São Paulo/Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, instituída pelo Decreto Municipal nº 56.141/2015 e disciplinada pela Instrução Normativa da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico nº 07/2015.

(vi) Benefícios de Prorrogação de Prazo - PROUNI O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/2004, convertida na Lei Ordinária nº 11.096/2005, e regulamentado pelo Decreto nº 5.493/2005, com a finalidade de conceder bolsas integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos.

(vii) Melhorar a retenção das mensalidades a fim de estar alinhada aos índices de atualização dos principais custos da Fundação. (viii) Expandir a receita pela captação de novos alunos e novos cursos. (ix) Melhorar a retenção dos alunos nos principais cursos. (x) Reduzir as mensalidades a fim de estar alinhada aos índices de atualização dos principais custos da Fundação. (xi) Expandir a receita pela captação de novos alunos e novos cursos. (xii) Melhorar a retenção dos alunos nos principais cursos. (xiii) Manter práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário. (xiv) Renovar e atualizar seus recursos tecnológicos.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de conformidade As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo CFC.

3. Principais Políticas Contábeis

3.1 Reconhecimento de receitas e bolsas de estudo concedidas A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos (nota explicativa nº 24).

a. Prestação de serviços educacionais A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Fundação e quando puder ser mensurada de forma confiável.

b. Bolsas de estudos concedidas (gratuidade) As bolsas concedidas foram calculadas com base na totalidade das receitas efetivamente recebidas, menos os custos diretos de administração, incluindo a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro, ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

c. Prestação de serviços médicos Os procedimentos médicos concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecidos de acordo com o regime de competência. Os procedimentos médicos que se encontram em curso e não podem ser finalizados, até o encerramento das demonstrações financeiras, são avaliados e quantificados, sendo reconhecidos pelo regime de competência.

d. Receita de juros Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, os despesas de juros são reconhecidas no balanço em conformidade com o regime de competência. Os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro, ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

e. Subvenções e doações As subvenções e doações são registradas conforme determina a ITG 2002 (Entidades sem fins lucrativos), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção.

f. Receita diferida - matrículas As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência desse tratamento, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

g. Instrumentos financeiros Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Fundação for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao, ou deduzidos do, valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

h. Ativos financeiros Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mensurados até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

i. Empréstimos e recebíveis Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

j. Ativos financeiros reconhecidos por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é material. A Fundação tem os seguintes ativos financeiros classificados nessa categoria: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, títulos restitíveis e outras contas a receber.

k. Investimentos mantidos até o vencimento Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis cuja data de vencimento é fixa e a classificação é positiva. Empréstimos e recebíveis e outros créditos a pagar são reconhecidos inicialmente, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

l. Ativos financeiros reconhecidos por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é material. A Fundação tem os seguintes ativos financeiros classificados nessa categoria: aplicações financeiras e investimento.

m. Passivos financeiros Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros. A Fundação determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

n. Outros passivos financeiros Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

o. Outros passivos financeiros Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

p. Caixa e equivalentes de caixa Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Fundação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, não é considerado como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Aplicações financeiras Os recursos classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a valores aplicados com vencimento superior a 90 (noventa) dias e que não possuem perspectiva de serem utilizados pela Administração antes dos vencimentos previamente estabelecidos.

c. Estoques Os estoques referem-se aos medicamentos e materiais médico-hospitalares utilizados na prestação de serviços de saúde pelo HSL e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel e, em geral, compreende materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo e outros produtos relacionados à atividade hospitalar.

d. Imobilizado Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. Os estoques e edificações compreendem, principalmente, as unidades educacionais e o complexo hospitalar onde são desenvolvidas as operações da Fundação, os quais são demonstrados pelo valor de custo, deduzidos da depreciação acumulada. Os demais bens estão apresentados ao custo histórico de aquisição, acrescidos dos gastos necessários à entrada em funcionamento.

e. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

f. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

g. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

h. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

i. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

j. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

k. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

l. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

m. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

n. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

o. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

p. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

q. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

r. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

s. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

t. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

u. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

v. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

w. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

x. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

y. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

z. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

aa. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

ab. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

ac. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

ad. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

ae. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

af. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

ag. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

ah. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

ai. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

aj. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

ak. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

al. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

am. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

an. Depreciação Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos ativos subsequentes é determinado pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

(ICD), incluindo feita para alguns casos de pacientes particulares do Hospital Santa Lucinda. Mensuração: Por ser tratar de créditos, em sua grande maioria, formados em períodos anteriores ao ano de 2011, a Administração da Fundação optou por constituir perdas estimadas em sua totalidade, a fim de registrar provisões para créditos de liquidação duvidosa para 100% dos saldos em aberto. Destaca-se que atualmente a Fundação mantém política de negociação de débitos, bem como de abertura de processos judiciais para recuperar os valores envolvidos nestes créditos.

\* Notas promissórias a receber Compreendem os créditos a receber decorrentes de recebimentos efetuados por notas promissórias, e no qual não houve o compromisso financeiro honrado pelos alunos. Mensuração: Por ser tratar de créditos de difícil recuperação, a Administração da Fundação optou por constituir perdas estimadas em sua totalidade, a fim de registrar provisões para créditos de liquidação duvidosa para 100% dos saldos em aberto. Destaca-se que atualmente a Fundação mantém política de negociação de débitos, bem como de abertura de processos judiciais para recuperar os valores envolvidos nestes créditos.

\* Instrumento de confissão de dívida a receber Compreendem os créditos a receber decorrentes de negociações de cobrança relativos aos valores devidos pelos alunos. Esta modalidade de crédito visa ampliar a capacidade de recebimento da Fundação, visto que as negociações efetuadas pelos alunos ficam amparadas por um fiador. Mensuração: Inicialmente, para esses recebíveis foram levantados os valores que se encontram em aberto e prescritos na data-base das demonstrações financeiras. Com isso apurou-se o percentual de inadimplência histórico ocorrido para os recebíveis. Para os débitos prescritos mensurou-se a totalidade dos valores em aberto, ou seja, mensuração de 100% dos valores em aberto para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Posteriormente, em conformidade com este índice histórico, e tendo como base de valor o real ativo possível de realização, mensurou-se o percentual de inadimplência histórico ocorrido para os recebíveis. Para os débitos prescritos mensurou-se a totalidade dos valores em aberto, ou seja, mensuração de 100% dos valores em aberto para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Posteriormente, em conformidade com este índice histórico, e tendo como base de valor o real ativo possível de realização, mensurou-se os valores que podem ficar em aberto. Aplicou-se o percentual histórico dos débitos prescritos para os ativos relativos ao período não prescrito de (2013 a 2017). Destaca-se que no ano de 2016 a Fundação ampliou seus mecanismos de cobrança, e atualmente conta com uma unidade exclusiva para recuperação de valores a receber. O Núcleo de Cobrança conta com a expertise de profissionais de cobrança, bem como de assessoria jurídica.

\* Créditos hospitalares a receber Compreendem os créditos a receber decorrentes da prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais aos pacientes particulares e convênios saúde executados no Hospital Santa Lucinda. Nesta rubrica não constam valores devidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Destaca-se que eventual negociação de dívida por parte do devedor terá o seu registro contábil efetuado de forma que o crédito a receber seja transferido para outros ativos, como é o caso do Instrumento de Confissão de Dívida (ICD). Mensuração: Inicialmente, para esses recebíveis foram levantados os valores que se encontram em aberto e prescritos na data-base das demonstrações financeiras. Com isso apurou-se o percentual de inadimplência histórico ocorrido para os recebíveis. Para os débitos prescritos mensurou-se a totalidade dos valores em aberto, ou seja, mensuração de 100% dos valores em aberto para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Posteriormente, em conformidade com este índice histórico, e tendo como base de valor o real ativo possível de realização, mensurou-se os valores que podem ficar em aberto. Aplicou-se o percentual histórico dos débitos prescritos para os ativos relativos ao período não prescrito de (2013 a 2017). Destaca-se que no ano de 2016 a Fundação ampliou seus mecanismos de cobrança, e atualmente conta com uma unidade exclusiva para recuperação de valores a receber. O Núcleo de Cobrança conta com a expertise de profissionais de cobrança, bem como de assessoria jurídica.

\* Créditos hospitalares a receber Compreendem os créditos a receber decorrentes da prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais aos pacientes particulares e convênios saúde executados no Hospital Santa Lucinda. Nesta rubrica não constam valores devidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Destaca-se que eventual negociação de dívida por parte do devedor terá o seu registro contábil efetuado de forma que o crédito a receber seja transferido para outros ativos, como é o caso do Instrumento de Confissão de Dívida (ICD). Mensuração: Inicialmente, para esses recebíveis foram levantados os valores que se encontram em aberto e prescritos na data-base das demonstrações financeiras. Com isso apurou-se o percentual de inadimplência histórico ocorrido para os recebíveis. Para os débitos prescritos mensurou-se a totalidade dos valores em aberto, ou seja, mensuração de 100% dos valores em aberto para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Posteriormente, em conformidade com este índice histórico, e tendo como base de valor o real ativo possível de realização, mensurou-se os valores que podem ficar em aberto. Aplicou-se o percentual histórico dos débitos prescritos para os ativos relativos ao período não prescrito de (2013 a 2017). Destaca-se que no ano de 2016 a Fundação ampliou seus mecanismos de cobrança, e atualmente conta com uma unidade exclusiva para recuperação de valores a receber. O Núcleo de Cobrança conta com a expertise de

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de Reais - R\$)**

11.2 Movimentação dos custos e das depreciações acumuladas		31/12/2016		Adições		Baixas		Transferências		31/12/2017	
Custo	Reapresentado										
Terrenos (a)	135.104	15.741	-	-	-	-	-	-	-	150.845	-
Edificações (a)	108.332	20.759	-	-	-	-	-	-	-	129.091	-
Máquinas e equipamentos	18.683	1.853	-	-	-	-	-	-	-	20.536	-
Móveis e utensílios	10.337	719	-	-	-	-	-	-	-	11.056	-
Equipamentos de informática	20.844	307	-	-	-	-	-	-	-	21.151	-
Ferramentas	26	5	-	-	-	-	-	-	-	31	-
Biblioteca	4.382	148	-	-	-	-	-	-	-	4.530	-
Instalações	6.860	814	-	-	-	-	-	-	-	7.674	-
Beneficentários em imóveis próprios	11.193	8.061	-	-	-	-	-	-	-	19.254	-
Beneficentários em imóveis de terceiros	3.269	-	-	-	-	-	-	-	-	3.269	-
Equipamentos hospitalares	3.059	-	-	-	-	-	-	-	-	3.059	-
Imobilizado em arrendamento	3.942	-	-	-	-	-	-	-	-	3.942	-
Instrumentos cirúrgicos	95	-	-	-	-	-	-	-	-	95	-
Veículos em uso	1.320	269	(270)	-	-	-	-	-	-	1.319	-
Enxoval hospitalar	703	90	-	-	-	-	-	-	-	793	-
Imobilizações em andamento	1.056	-	(23)	-	-	-	-	-	-	1.033	-
Total	329.209	48.766	(293)	-	-	-	-	-	-	377.782	-
	<b>31/12/2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>31/12/2017</b>						

Depreciação		31/12/2016		Adições		Baixas		Transferências		31/12/2017	
Edificações	(24.402)	(3.055)	-	(472)	(27.929)	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	(13.871)	(1.080)	-	-	(14.951)	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	(8.031)	(515)	-	-	(8.546)	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	(15.141)	(872)	-	-	(16.013)	-	-	-	-	-	-
Ferramentas	(16)	(1)	-	-	(17)	-	-	-	-	-	-
Biblioteca	(3.219)	(253)	-	-	(3.472)	-	-	-	-	-	-
Instalações	(3.353)	(534)	-	-	(3.887)	-	-	-	-	-	-
Beneficentários em imóveis próprios	(1.800)	(616)	-	-	(2.416)	-	-	-	-	-	-
Beneficentários em imóveis de terceiros	(3.219)	(47)	-	-	(3.266)	-	-	-	-	-	-
Equipamentos hospitalares	(1.033)	(209)	-	-	(1.242)	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em arrendamento	(3.835)	(48)	-	-	(3.883)	-	-	-	-	-	-
Instrumentos cirúrgicos	(26)	(12)	-	-	(38)	-	-	-	-	-	-
Veículos em uso	(8)	(83)	30	-	(61)	-	-	-	-	-	-
Enxoval hospitalar	(527)	(114)	-	-	(641)	-	-	-	-	-	-
Imobilizações em andamento	(467)	-	-	-	(467)	-	-	-	-	-	-
Total	(79.759)	(7.439)	30	-	(87.168)	-	-	-	-	-	-

(a) Aquisição do imóvel situado à Rua Afonso Celso, nº 711 para instalação de um centro educacional no valor de R\$ 36.500, ocorrida em 2017, foi registrada nas rubricas de terrenos e edificações.

**11.3 Garantias**

Os terrenos e suas edificações encontram-se vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos como parte das garantias apresentadas às instituições financeiras.

**12. Intangível**

Movimentação dos custos e das amortizações acumuladas		2016		2017	
Custo	Saldo inicial	Adições	Saldo final		
Direito de uso	2.178	115	2.293		
Softwares	6.216	-	6.216		
Sistemas aplicativos	2.966	5	2.971		
Marcas e patentes	34	-	34		
Total	11.394	120	11.514		
Amortizações					
Direito de uso	(1.420)	(265)	(1.685)		
Softwares	(3.855)	(623)	(4.478)		
Sistemas aplicativos	(2.377)	(236)	(2.613)		
Total	(7.652)	(1.124)	(8.776)		
Intangível líquido	3.742	100	2.738		

**13. Propriedades para Investimentos**

Saldo de 31 de dezembro de 2016 (a)		92.702	
Ganho decorrente da avaliação do valor justo (b)		14.032	
Saldo de 31 de dezembro de 2017		106.734	
(a) Refere-se ao valor de mercado dos terrenos e edifício, localizados na Rua Monte Alegre e Rua Cardoso de Almeida mantidos para auferir valorização de capital.			
(b) Refere-se a variações positivas dos valores dos terrenos e do edifício, conforme demonstrado no quadro abaixo:			
Descrição	2016	2017	Variação
Terreno - Rua Monte Alegre, 961	8.273	8.787	514
Terreno - Rua Monte Alegre, 971	9.988	10.610	622
Terreno - Rua Cardoso Almeida, 986	9.405	9.512	107
Terreno - Rua Cardoso Almeida, 990	14.107	14.268	161
Terreno - Rua Monte Alegre, 1083	45.584	57.881	12.297
Prédio - Rua Monte Alegre, 1083	5.345	5.676	331
	<b>92.702</b>	<b>106.734</b>	<b>14.032</b>

**Valor justo das propriedades para investimento**

A Fundação adota o método de valor justo para melhor refletir o seu negócio e por entender que é a melhor informação para análise de mercado.

O valor justo dos terrenos e da edificação mencionados acima está suportado por laudas de avaliação elaborados por avaliadores independentes.

A metodologia adotada para determinar o valor de mercado (valor justo) das propriedades para investimentos foi o método comparativo direto de dados de mercado, mediante o qual os valores dos terrenos e edifício são obtidos pela comparação direta com outros semelhantes situados na mesma região geoeconômica ou em regiões de mesmo aproveitamento, zoneamento e características, ajustados, se necessário, à natureza, à localização ou às condições do bem específico.

A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual.

**14. Empréstimos e Financiamentos**

Instituição financeira	Natureza	Taxa de juros	2017	2016
Banco Bradesco S.A.	BNDES	De 4,00% a.a. até 7,5% a.a. + TJLP	56.213	56.420
Banco Santander S.A.	BNDES	De 4,00% a.a. até 7,5% a.a. + TJLP	30.307	35.929
Banco Bradesco S.A.	Capital de giro	De 4,16% a.a. até 6,31% a.a. + 100% CDI	30.727	9.186
Banco Santander S.A.	Capital de giro	De 4,40% a.a. até 5,16% a.a. + 100% CDI	44.139	33.707
Banco Bradesco S.A.	Saldo devedor	-	18	18
Banco Santander S.A.	Saldo devedor	-	43	43
Total			<b>161.447</b>	<b>134.923</b>
Passivo circulante			41.957	30.646
Passivo não circulante			119.490	104.277

**14.1 Composição das parcelas de longo prazo**

Instituição financeira	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Banco Bradesco S.A.	14.873	14.873	14.201	6.200	3.115	3.115	2.856	59.233
Banco Santander S.A.	16.966	16.966	16.639	5.170	2.084	2.084	348	60.257
Total	<b>31.839</b>	<b>31.839</b>	<b>30.840</b>	<b>11.370</b>	<b>5.199</b>	<b>5.199</b>	<b>3.204</b>	<b>119.490</b>

**14.2 Garantias**

As principais garantias oferecidas para pagamento dos empréstimos citados anteriormente são:

(a) Totalidade das mensalidades escolares a receber.

(b) Recebíveis provenientes do programa de bolsa restituível.

(c) Contratos de convênio de prestação de serviços.

(d) Alienação fiduciária do imóvel localizado na Rua Monte Alegre, 984 - Perdizes.

(e) Bens arrendados próprios (quando aplicável).

**14.3 Indicadores financeiros a serem atendidos**

Em decorrência da captação dos empréstimos anteriormente mencionados, a Fundação precisa manter índices financeiros relacionados ao EBITDA (sigla em inglês para "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization"), ajustado conforme condições específicas descritas nos respectivos documentos firmados com as instituições financeiras, conforme a seguir descrito:

Relação entre EBITDA e receita líquida superior a 10%, a partir do exercício de 2014.

Relação entre dívida financeira líquida e EBITDA menor ou igual a 3,0 a partir do exercício de 2015.

Em 31 de dezembro de 2017, a Fundação manteve o atendimento aos indicadores anteriormente referidos.

**15. Salários, Férias e Encargos Sociais a Pagar**

	2017	2016
Salários a pagar	13.958	13.666
Férias a pagar e encargos a recolher	13.379	12.758
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	2.583	2.560
INSS a recolher	1.173	1.168
IRRF sobre folha de pagamento	10.260	9.996
Outras obrigações com pessoal	700	358
Total	<b>42.053</b>	<b>40.506</b>

**16. Tributos Parcelados**

	2017	2016
FGTS parcelado (a)	26.113	27.615
REFIS federal (b)	108.998	109.773
PPI Municipal (c)	4.192	4.275
FGTS parcelado - Lei Complementar nº 110/2001 (d)	2.416	2.546
REFIS - Lei nº 11.941/2009	1.186	1.664
PERT	420	-
Total	<b>143.325</b>	<b>145.873</b>
Circulante	7.570	7.679
Não circulante	135.755	138.194

**(a) FGTS parcelado**

Em 30 de março de 2000, a Fundação formalizou com a Caixa Econômica Federal um Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento para os débitos de FGTS (atinentes ao depósito mensal de 8% da remuneração paga no mês anterior a cada trabalhador), englobando débitos de dezembro de 1984 a fevereiro de 2000, em 180 parcelas. Esse débito fora objeto de reparcèlement, pela assinatura de novo Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, em 9 de novembro de 2007, englobando débitos de outubro de 1988 a fevereiro de 2000, em 240 parcelas. Em 31 de dezembro de 2017 restavam 105 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

	2017	2016
Pagamento estimado em 2018	2.984	2.959
Pagamento estimado em 2019	2.984	2.959
Pagamento estimado em 2020	2.984	2.959
Pagamento estimado em 2021	2.984	2.959
Pagamento estimado após 2021	14.177	15.779
Total	<b>26.113</b>	<b>27.615</b>

**(b) REFIS**

O Programa de Recuperação Fiscal (REFIS - I) destinou-se a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal - SRF e pelo INSS, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajustados ou a ajustar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive aqueles decorrentes da falta de recolhimento de valores retidos. A Fundação possui débitos inclusive nesse programa, cuja Lei Instituidora nº 9.964/2000 foi publicada em 11 de abril de 2000, e a adesão da FUNDASP foi efetivada em 29 de abril de 2000.

Conforme previsto na legislação do REFIS-I, a Fundação recolheu mensalmente o valor mínimo correspondente a 0,3% (três décimos por cento) de seu faturamento bruto do mês imediatamente anterior a título de pagamento do parcelamento especial. O saldo devedor é atualizado mensalmente por meio da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Durante o exercício de 2017 foi recolhido o montante de R\$ 3.439 (R\$3.481 em 2016) e apurados juros sobre o saldo devedor no valor de R\$3.404 (R\$3.703 em 2016). A partir de janeiro de 2015, o recolhimento passou a ser feito no montante de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) desse faturamento. Conforme proposta da Receita Federal do Brasil, a partir de julho de 2015, iniciou-se uma nova sistemática de cálculo das parcelas, apuradas da seguinte forma: saldo devedor no mês dividido pela quantidade de meses restantes para se completarem 50 anos, respeitada a parcela mínima de R\$266.

Com a mesma ocasião, foi recolhida a diferença apurada entre junho de 2014 e junho de 2015, no montante de R\$ 1.038. Assim, a partir de então, tal sistemática passou a ser praticada, mantendo os recolhimentos de 0,66% do faturamento quando representassem valor maior. A partir de agosto de 2016, por força do atual cenário econômico brasileiro, com constantes elevações da Taxa de Juros de Longo Prazo (adotada neste parcelamento) aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, ficou definido que, quando o cálculo acima resultar em parcela com valor menor do que a TJLP do respectivo mês, a Fundação realizará o pagamento de valor equivalente a R\$ 3,00 (três reais) acima dos juros lançados na conta REFIS, para que se configure a efetiva amortização do saldo devedor principal da dívida.

A perspectiva de desdobramento financeiro para os próximos exercícios, tomando como base a média de pagamento dos últimos dois exercícios, encontra-se demonstrada a seguir:

	2017	2016
Pagamento estimado em 2018	3.388	3.648
Pagamento estimado em 2019	3.388	3.648
Pagamento estimado em 2020	3.388	3.648
Pagamento estimado em 2021	3.388	3.648
Pagamento estimado após 2021	95.446	95.181
Total	<b>109.938</b>	<b>109.773</b>

Todas as exigências previstas na legislação do REFIS-I para manutenção desse parcelamento especial estão sendo cumpridas pela Fundação.

**(c) PPI Municipal**

A Fundação aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado da Prefeitura - PPI do Município de São Paulo em dezembro de 2015, em que o saldo foi dividido em 120 parcelas corrigidas mensalmente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. Em 31 de dezembro de 2017 restavam 95 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

	2017	2016
Pagamento estimado em 2018	529	479
Pagamento estimado em 2019	529	479
Pagamento estimado em 2020	529	480
Pagamento estimado após 2021	2.076	2.375
Total	<b>4.192</b>	<b>4.275</b>

**(d) FGTS parcelado - Lei Complementar nº 110/2001**

A Fundação formalizou também com a Caixa Econômica Federal, em 14 de novembro de 2007, outro Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento das Contribuições Sociais da Lei Complementar nº 110/2001 (10% sobre o montante dos depósitos na dispensa sem justa causa e 0,5% sobre a remuneração devida a cada trabalhador), englobando débitos de janeiro de 2002 a abril de 2005, em 240 parcelas.

Em 31 de dezembro de 2017 restavam 119 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

	2017	2016
Pagamento estimado em 2018	244	233
Pagamento estimado em 2019	244	233
Pagamento estimado em 2020	244	233
Pagamento estimado em 2021	244	233
Pagamento estimado após 2021	1.440	1.614
Total	<b>2.416</b>	<b>2.546</b>

**17. Mensalidades Antecipadas**

	2017	2016
Mensalidades antecipadas	10.865	11.935
Outras receitas antecipadas	518	861
Total	<b>11.383</b>	<b>12.796</b>

Nesta rubrica, são registrados os valores dos planos de pagamento do curso em prazo inferior à sua duração, somados às antecipações de matrículas para cursos que se iniciam no ano seguinte, daqueles alunos que escolheram pagar o curso em tempo inferior ao de sua duração.

**18. Processos Judiciais a Pagar**

	2017	2016
Acordo judicial - diferenças salariais (*)	23.952	25.9

<b>Secretaria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Contabilidade e Controladoria</b>
-----------------------------	------------------------	--------------------------------------

<b>José Rodolpho Perazzolo</b> <b>Secretário Executivo da Fundação São Paulo</b> <b>João Júlio Farias Júnior</b> <b>Secretário Executivo da Fundação São Paulo</b>	<b>Francisco de Assis Alves</b> <b>Presidente do Conselho Fiscal</b> <b>Edineide Maria de Oliveira</b> <b>Membro do Conselho Fiscal</b> <b>Walter Barelli</b> <b>Membro do Conselho Fiscal</b>	<b>Edivaldo Batista da Silva</b> <b>Contador - CRC 1SP212622/O-2</b> <b>José Olímpio Cardoso Neto</b> <b>Controller - CRC 1SP181828/O-5</b>
---	---	--

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores e Conselheiros da **Fundação São Paulo** São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação São Paulo (Fundação), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação São Paulo em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, do resultado e do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, em 31 de dezembro de 2016 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 31 de março de 2017 sem modificações com parágrafo de ênfase sobre a reapresentação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, devido a mudança de prática contábil de suas propriedades para investimentos que anteriormente a mensuração dos saldos era pelo custo de aquisição menos depreciação, passando a ser mensurado pelo valor justo.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Não obstante, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de abril de 2018

**KPMG**  
**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**Marcelo Pereira Gonçalves**  
Contador - CRC 1SP220026/O-3

**Balanco Social**

<b>1 - Identificação</b>		
<b>Nome da instituição:</b> Fundação São Paulo Mantenedora da PUC/SP	<b>De utilidade pública?</b> <input type="checkbox"/> não Se sim, <input checked="" type="checkbox"/> federal <input checked="" type="checkbox"/> estadual <input checked="" type="checkbox"/> municipal	<b>Tipo/categoria:</b> Educação
<b>Natureza jurídica:</b> <input type="checkbox"/> associação <input checked="" type="checkbox"/> fundação <input type="checkbox"/> sociedade <b>Sem fins lucrativos?</b> <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<b>Isenta da cota patronal do INSS?</b> <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<b>Qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior:</b> <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)?</b> <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<b>Possui registro no:</b> <input checked="" type="checkbox"/> CNAS <input checked="" type="checkbox"/> MEC <input checked="" type="checkbox"/> COMAS <input checked="" type="checkbox"/> Ministério da Justiça <input checked="" type="checkbox"/> Ministério Público	

2 - Origem dos recursos	2017 Valor (reais)	
Receitas Totais	R\$ 514.196.141,78	100%
a. Recursos governamentais (subvenções)	R\$ 3.429.315,73	0,67%
b. Doações de pessoas jurídicas	R\$ 428.406,13	0,08%
c. Doações de pessoas físicas	R\$ 2.585,76	0,00%
d. Contribuições	R\$ -	0,00%
e. Patrocínios	R\$ 2.500,00	0,00%
f. Cooperação internacional	R\$ -	0,00%
g. Prestação de serviços e/ou venda de produtos	R\$ 459.751.745,84	89,41%
h. Outras receitas	R\$ 50.581.588,32	9,84%
3 - Aplicação dos recursos	2017 Valor (reais)	
Despesas Totais	R\$ 490.966.790,49	100%
a. Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal valores no item 5)	R\$ -	0,00%
b. Pessoal (salários + benefícios + encargos)	R\$ 333.164.613,94	67,86%
c. Despesas diversas (somatório das despesas abaixo)	R\$ 157.802.176,55	32,14%
Operacionais	R\$ 111.262.165,27	22,66%
Impostos e taxas	R\$ 366.901,48	0,07%
Financeiras	R\$ 41.370.301,23	8,43%
Outras (que devem ser discriminadas conforme relevância)	R\$ 4.802.808,57	0,98%

4 - Indicadores sociais internos (Ações e benefícios para os(as) funcionários(as))	2017 Valor (reais)	% sobre receita
a. Alimentação	R\$ 493.995,77	0,10%
b. Educação	R\$ 13.874.519,31	2,70%
c. Capacitação e desenvolvimento profissional	R\$ 126.246,06	0,02%
d. Creche ou auxílio-creche	R\$ 2.433.651,34	0,47%
e. Saúde	R\$ 8.370.735,97	1,63%
f. Segurança e medicina no trabalho	R\$ 1.183.467,32	0,23%
g. Transporte	R\$ 889.080,48	0,17%
h. Bolsas/estágios	R\$ 1.024.504,81	0,20%
Total - Indicadores sociais internos	R\$ 28.396.201,06	5,52%

5 - Projetos, ações e contribuições para a sociedade (Vide também item 10)	2017 Valor (reais)	% sobre receita
a. Projetos de Integração e Inclusão Social	R\$ 1.174.724,76	0,23%
	<b>Nº atendimentos: 1.987</b>	
b. Assistência Jurídica	R\$ 2.250.877,24	0,44%
	<b>Nº atendimentos: 10.679</b>	
c. Assessoramento e Capacitação de Educadores Populares e Professores da Rede Pública	R\$ 1.513.254,76	0,29%
	<b>Nº atendimentos: 215</b>	
d. Atendimento Clínico a usuários (Idosos, Crianças e Adolescentes, Pessoas com deficiência, Pessoas em situação de Violência e risco, Luto) e suas famílias	R\$ 15.728.763,89	3,06%
	<b>Nº atendimentos: 43.360</b>	
Valores totais	R\$ 20.667.620,65	4,02%

6 - Outros indicadores	2017	
Nº total de alunos(as)	21.854	
	Nº Alunos	Valores (reais)
<b>Bolsas Integrais</b>	2.580	R\$ 73.518.960
Prouni	1.959	R\$ 57.258.927
Filantrópica FUNDASP	619	R\$ 16.214.129
Mérito Acadêmico	1	R\$ 27.440
PEC-G (Itamaraty)	1	R\$ 18.463
<b>Filantrópica FUNDASP (DERDIC)</b>	95	R\$ 3.049.466
Nº de alunos(as) com bolsas integrais	2.675	
Valor total das bolsas integrais		R\$ 76.568.426
	Nº Alunos	Valores (reais)
<b>Bolsas Parciais</b>	2.026	R\$ 44.807.440
Filantrópica FUNDASP	240	R\$ 3.344.344
Mérito Acadêmico	4	R\$ 67.476
Bolsa Cardeal	27	R\$ 269.558
CAPES	1.341	R\$ 28.800.293
CNPq	414	R\$ 12.325.768
Nº de alunos(as) com bolsas parciais	2.026	
Valor total das bolsas parciais		R\$ 44.807.440
	Nº Alunos	Valores (reais)
Programa de apoio ao aluno bolsista (alimentação)	1.942	R\$ 1.682.475
Programa de apoio ao aluno bolsista (curso de língua estrangeira)	70	R\$ 5.304
Nº de alunos(as) com programas de apoio	2.012	
Valor total dos programas de apoio		R\$ 1.687.780
Nº de alunos(as) com bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa	203	
Valor total das bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa		R\$ 873.000
Nº de alunos(as) com Financiamento Estudantil - FIES	777	
Valor do Financiamento Estudantil - FIES		R\$ 30.832

7 - Indicadores sobre o corpo funcional	2017
Nº total de empregados(as) ao final do período	2.978
Nº de admissões durante o período	182
Nº de prestadores(as) de serviço	1.374
% de empregados(as) acima de 45 anos	57%
Nº de mulheres que trabalham na instituição	1.661
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	60%
Idade média das mulheres em cargos de chefia	57
Idade média dos homens em cargos de chefia	54
Nº de negros(as) que trabalham na instituição	55
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,6%
Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia	51
Nº de pardos(as) que trabalham na instituição	155
% de cargos de chefia ocupados por pardos(as)	10%
Idade média dos(as) pardos(as) em cargos de chefia	47
Nº de amarelos(as) que trabalham na instituição	28
% de cargos de chefia ocupados por amarelos(as)	0,9%
Idade média dos(as) amarelos(as) em cargos de chefia	47
Nº de brancos(as) que trabalham na instituição	2.738
Nº de indígenas que trabalham na instituição	2
Nº de estagiários(as)	136
Nº de pessoas com deficiência	153

8 - Qualificação do corpo funcional	2017
<b>Nº total de docentes</b>	<b>1.272</b>
Nº de livre-docentes(as)	79
Nº de doutores(as)	834
Nº de mestres(as)	296
Nº de especializados(as)	43
Nº de graduados(as)	20
<b>Nº total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo</b>	<b>1.456</b>
Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)	207
Nº de graduados(as)	472
Nº de pessoas com ensino médio	700
Nº de pessoas com ensino fundamental	39
Nº de pessoas com ensino fundamental incompleto	38
<b>Nº total de funcionários(as) no corpo docente DEDIC</b>	<b>45</b>
Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)	14
Nº de graduados(as)	31

9 - Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social	2017	
O processo de admissão de empregados(as) é:	<input type="checkbox"/> % por indicação	<input checked="" type="checkbox"/> 100% por seleção/concurso
A instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada	<input checked="" type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não
	<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual	
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input checked="" type="checkbox"/> pessoas portadoras de necessidades especiais	
	<input type="checkbox"/>	

Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental:

A participação de empregados(as) no planejamento da instituição:

A instituição possui Comissão/Conselho de Ética para o acompanhamento de:

<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são exigidos
<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia
<input type="checkbox"/> não ocorre	<input checked="" type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis - partic. dos empregados nos órgãos colegiados
<input type="checkbox"/> todas ações/atividades	<input checked="" type="checkbox"/> ensino e pesquisa
<input checked="" type="checkbox"/> experimentação animal/vivissecação	<input type="checkbox"/> não tem

**10 - Outras Informações (HSL)**

A Instituição realiza, ainda, atendimento médico-hospitalar no Hospital Santa Lucinda, sendo que dos 66.579 atendimentos, 49.017 são gratuitos, por intermédio do Sistema Único de Saúde.